

REUMAM, v. 10, n. 1, p. 65-85, 2025. ISSN Online: 2595-9239.

OS PRINCIPAIS MARCOS DO DEBATE GLOBAL SOBRE SUSTENTABILIDADE

Eduardo José Monteiro da Costa¹

1 Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ejmcfpa@gmail.com

RESUMO: Este artigo se propõe a sistematizar os principais marcos do debate ambiental global. Num primeiro momento apresenta a origem e a escalada da agenda ambiental, indo dos debates iniciais nas décadas de 1940 e 1950, com o surgimento das primeiras organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas e a criação em 1948 da União Internacional para a Conservação da Natureza pela Unesco, até a apresentação do estudo *Nosso Futuro Comum* em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU). Em seguida, descreve o contexto de escolha da cidade do Rio de Janeiro para a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), estabelece uma síntese dos principais resultados da conferência e apresenta os principais acontecimentos posteriores até a divulgação, durante a Assembleia Geral das ONU em Nova York no ano de 2015, do documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, que estabeleceu a chamada Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

PALAVRAS-CHAVE: Agenda 2030, Conferências das Nações Unidas, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

THE MAIN MILESTONES OF THE GLOBAL DEBATE ON SUSTAINABILITY

ABSTRACT: This article aims to systematize the main milestones of the global environmental debate. Firstly, it presents the origin and escalation of the environmental agenda, going from the initial debates in the 1940s and 1950s, with the emergence of the first environmentalist non-governmental organizations (NGOs) and the creation in 1948 of the International Union for the Conservation of Nature by UNESCO, until the presentation of the study *Our Common Future* in 1987 by the World Commission on Environment and Development of the United Nations (UN). It then describes the context of choosing the city of Rio de Janeiro to hold the United Nations Conference on Environment and Development (Rio 92), establishes a summary of the main results of the conference and presents the main subsequent events leading up to its release, during the UN General Assembly in New York in 2015, of the document *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*, which established the so-called 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals (SDGs).

KEYWORDS: 2030 Agenda, United Nations Conferences, Sustainable Development Goals.

LOS PRINCIPALES HITOS DEL DEBATE MUNDIAL SOBRE LA SOSTENIBILIDAD

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo sistematizar los principales hitos del debate ambiental global. En primer lugar, presenta el origen y escalada de la agenda ambiental, a partir de los debates iniciales en las décadas de 1940 y 1950, con el surgimiento de las primeras organizaciones no gubernamentales (ONG) ambientalistas y la creación en 1948 de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza por la UNESCO, hasta la presentación del estudio Nuestro Futuro Común en 1987 por la Comisión Mundial sobre Medio Ambiente y Desarrollo de las Naciones Unidas (ONU). Luego describe el contexto de elección de la ciudad de Río de Janeiro para realizar la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo (Río 92), establece un resumen de los principales resultados de la conferencia y presenta los principales eventos posteriores que condujeron a su lanzamiento. , durante la Asamblea General de la ONU en Nueva York en 2015, del documento Transformando Nuestro Mundo: La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible, que estableció la llamada Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS).

PALABRAS CLAVES: Agenda 2030, Conferencias de las Naciones Unidas, Objetivos de Desarrollo Sostenible.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre sustentabilidade, mudanças climáticas e aquecimento global colocaram a Amazônia no centro de interesses e debates internacionais com um viés pluridimensional. Nessa plêiade, parte importante da culpa pelos recentes fenômenos ambientais em escala global é creditada ao modelo socioeconômico de ocupação implantado na região e ao decorrente processo de desmatamento da hileia. A Amazônia se torna – como alertava Armando Dias Mendes (um de seus principais intérpretes), se valendo de uma alegoria com a música Geni e o Zepelim da Ópera do Malandro de Chico Buarque de Hollanda – a Geni da Gaia.¹ Ora cobiçada, ora culpada pela desgraça ambiental contemporânea, e por isso apedrejada (“Joga pedra

¹ Gaia na mitologia grega, poema Genealogia dos Deuses de Hesíodo, é descrita como a personificação da Terra ou da Mãe-Terra.

na Geni!”), a Amazônia assume a condição de instrumento ímpar da salvação pública (Mendes, 2014).

Esse debate tende a se avolumar com a proximidade da realização da trigésima Conferência das Partes (COP 30), prevista para ser realizada no mês de novembro de 2025 em Belém; evento que se reveste de forte simbolismo, em especial pela capital do Pará ser uma das cidades mais importantes da Amazônia. Nesse momento, políticos, ambientalistas, cientistas, movimentos sociais e a imprensa do mundo todo debaterão o futuro do planeta, e como parte importante da discussão certamente estará a problemática ambiental e o destino da Amazônia. Por isso, no período que antecede ao evento é preciso estabelecer uma estratégia para o nivelamento das informações com a sociedade amazônica, de modo que ela compreenda a real dimensão da conferência e o seu contexto; assumindo, assim, protagonismo. Ou seja, os amazônidas não podem ser confinados ao papel de meros espectadores privilegiados do debate ambiental global e da participação da Amazônia na construção de uma trajetória alternativa, mas precisam se assenhorar de informações que lhes possibilitem atuar para a construção de uma trajetória que também lhes interesse.²

Isto posto, este artigo se propõe a sistematizar os principais marcos do debate ambiental global. Está dividido, além desta breve introdução, em mais três partes. A primeira apresenta a origem e a escalada da agenda ambiental, indo dos debates iniciais nas décadas de 1940 e 1950, com o surgimento das primeiras organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas e a criação em 1948 da União Internacional para a Conservação da Natureza pela Unesco, até a apresentação do estudo *Nosso Futuro Comum* em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU). A segunda, descreve o contexto de escolha da cidade do Rio de Janeiro para a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), estabelece uma síntese dos principais resultados da conferência e apresenta os principais acontecimentos posteriores até a divulgação, durante a Assembleia Geral das ONU em Nova York no ano de 2015, do documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda*

² De acordo com estimativa do IBGE, no ano de 2022 havia 29,5 milhões de habitantes na Amazônia Legal.

2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que estabeleceu a chamada Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A última, como de praxe, está reservada para algumas observações finais.

A ORIGEM E A ESCALADA DA AGENDA AMBIENTAL

Muitos creditam ao Clube de Roma – um *think tank* formado por economistas, cientistas e empresários que em 1968 promoveu uma reunião que se constituiu num importante marco – o início dos debates acerca das questões ambientais.³ Porém, antes mesmo do surgimento do Clube de Roma, a pauta da preservação ambiental já estava presente nos países desenvolvidos. Prova disso é o surgimento anterior de ONGs ligadas a esta agenda.

Em 1948, a Unesco promoveu a criação da International Union for Conservation of Nature - IUCN [União Internacional para a Conservação da Natureza] como uma instituição de personalidade privada internacional voltada à proteção da natureza; considerada a primeira união ambiental de caráter global.⁴ Em seguida, surgiram as primeiras ONGs voltadas para a defesa de questões ambientais: em 1951 foi fundada a The Nature Conservancy – TNC [A Conservação da Natureza];⁵ e em 1961 a Word Wildlife Fund – WWF [Fundo Mundial para a Vida Selvagem].⁶

Em 1962 a bióloga marinha Rachel Carson publicou o livro *Silent Spring* [Primavera Silenciosa] que teve ampla repercussão ao chamar a atenção para os riscos do uso de

³ O nome Clube de Roma decorre do fato de a primeira reunião deste grupo ter acontecido na cidade italiana, por um movimento iniciado pelo empresário italiano Aurelio Peccei, presidente honorário da FIAT e pelo cientista escocês Alexander King, que escolheram cerca de 20 personalidades para debater a relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Posteriormente o grupo formou uma ONG que se tornou um importante *stakeholder* no debate ambiental.

⁴ Atualmente a IUCN se constitui na maior rede ambiental do mundo, englobando mais de 1400 ONGs e 16 mil ativistas ambientais. Possui interlocução com dezenas de países e participa ativamente do debate climático. Para maiores informações, acessar o seu sítio eletrônico: <https://www.iucn.org/>

⁵ Atualmente a TNC se constitui como a ONG ambientalista que movimenta o maior volume de recursos em escala global, com ações em mais de 70 países. Para maiores informações sobre a ONG, recomenda-se ver o seu sítio eletrônico: <https://www.nature.org>

⁶ Junto com o seu surgimento foi lançado o Manifesto Morges chamando a atenção para a necessidade de captação de recursos para financiar ações de preservação ambiental. Em 1986 teve o seu nome alterado para Word Wide Fund For Nature. Hoje, sediada na Suíça, atua em mais de 100 países. Para maiores informações recomenda-se acessar o sítio eletrônico: <https://www.worldwildlife.org/>

pesticidas e da poluição ambiental.⁷ Em 1963 a WWF organizou uma conferência para o lançamento do relatório *Implications of rising carbon dioxide content of the atmosphere* [Implicações do aumento do teor de dióxido de carbono na atmosfera], elaborado por Noel Eichhorn, colocando num debate público a preocupação com a possibilidade de um aquecimento global (Eichhorn, 1963).

Portanto, quando o Clube de Roma se reuniu em 1968 preocupações com questões relacionadas ao meio ambiente já orbitavam o debate público, ainda que restritas a alguns países e nichos sociais. Sem embargo, era um debate que ganhava a cada dia maior envergadura, tanto que em 1970 o governo dos EUA criou a Environmental Protection Agency [Agência de Proteção Ambiental], um órgão federal com atuação voltada à proteção do meio ambiente. Digno de nota, também, foi a realização no mesmo ano, em 22 de abril de 1970, do Dia da Terra: uma manifestação pública ocorrida nos EUA em defesa do meio ambiente. Desde então, todos os anos na mesma data o evento se repete; atualmente em escala mundial.⁸

Convém destacar, ainda, nessa crescente onda de preocupação com o meio ambiente, o surgimento em 1971 do Greenpeace e em 1972 da The Conservation Foundation – CF [Fundação de Conservação].⁹ Assim, quando a United Nations Conference on the Human Environment [Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente Humano] ocorreu na cidade de Estocolmo (Suécia), em junho de 1972, a preocupação com o meio ambiente já estava num crescente debate público. É, nesse sentido, incorreto atribuir à conferência o início do processo, assim como à reunião do Clube de Roma em 1968. Tanto o surgimento do Clube de Roma quanto Estocolmo 1972 foram reflexo do crescente movimento ambientalista em escala global. Assim, não se pode omitir o protagonismo da IUCN, WWF, TNC, Greenpeace e FC no alargamento dos debates que levaram a eventos como a criação

⁷ É creditado a este livro o papel central no banimento do uso do DDT e de outros pesticidas nos EUA.

⁸ O evento foi coordenado pelo ex-senador estadunidense Gaylord Nelson (Partido Democrata), que teve um forte protagonismo nas causas ambientais.

⁹ O Greenpeace e a CF (juntamente com a TNC e a WWF) se constituem atualmente como as maiores e mais atuantes ONGs ambientalistas do mundo. O Greenpeace possui atualmente mais de três milhões de ativistas ou financiadores cadastrados. Para maiores informações, ver o sítio eletrônico: <https://www.greenpeace.org>. A CF se destaca pela sua capacidade de financiamento de ações ambientais. Para maiores informações, ver: <https://theconservationfoundation.org/>

do Clube de Roma e a realização de Estocolmo 1972; ocasião, inclusive, em que tiveram uma importante influência no debate e na construção da agenda futura pactuada.¹⁰

Parte importante da repercussão de Estocolmo 1972 decorreu de um estudo encomendado pelo Clube de Roma à pesquisadores do Instituto Tecnológico de Massachussets (EUA). Esse estudo, apresentado com o nome *The Limits to Growth* [Os Limites do Crescimento],¹¹ se valendo de projeções matemáticas (Modelo World3), trazia um importante alerta sobre o futuro. Afirmava que o planeta não suportaria a manutenção da trajetória prevista de aumento populacional ao lado do ritmo de exploração dos recursos naturais e energéticos. Apontava, nesse sentido, um limite físico para o crescimento econômico global imposto pela finitude (escassez) dos recursos. E, em caso de não revisão do paradigma hegemônico de desenvolvimento, e em especial a sua matriz industrial e energética, o prognóstico era de que o mundo caminharia para um colapso no decorrer do século XXI.¹²

Convém acrescentar que ainda em 1972 outros dois importantes documentos para o movimento ambientalista mundial foram divulgados: (i) o manifesto *The Blueprint for Survival* [O Projeto para a Sobrevivência], assinado por mais de trinta cientistas britânicos e publicado numa edição especial da revista *The Ecologist*; (ii) a Carta de Mansholt, datada de 14 de fevereiro e escrita por Sicco Mansholt (Comissário Europeu da Agricultura) para Franco-Maria Malfatti (Presidente da Comissão Europeia). Ambos os documentos são enfáticos quanto a necessidade de se reestruturar a dinâmica econômica global para evitar o colapso da sociedade e do planeta; sendo importante para isso substituir a sociedade industrial de economia de escala por uma rede de pequenas comunidades, concebidas de modo a se incorporarem mais facilmente nos ciclos regeneradores da própria natureza.

¹⁰ De acordo com Carrasco, Palacios e Lino (2001), o WWF e a IUCN estão no topo da lógica da governança ambientalista mundial, emanando influência sobre a atuação de instituições multilaterais como o PNUMA/ONU, o PNUD/ONU, Unesco/ONU e Organização Meteorológica Mundial (OMM/ONU), além de exercerem influência sobre a atuação de grande parte das demais ONGs ambientalistas.

¹¹ Este relatório também é chamado na literatura corrente de Relatório do Clube de Roma ou Relatório Meadows, em alusão aos coordenadores do estudo, Denis e Donella Meadows do MIT. Além deles também foram coautores: Jørgen Randers e William W. Behrens III.

¹² O documento foi apresentado no ápice do paradigma keynesiano-fordista de produção, assentado no uso do carvão, aço, combustíveis fósseis e fertilizantes.

Em decorrência da importância da problemática suscitada, os debates realizados em Estocolmo assentaram as bases para a criação, ainda no decorrer do ano de 1972, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/ONU), sediado em Nairóbi no Quênia, com o objetivo de encontrar alternativas para o desenvolvimento sustentável, em especial por meio do provimento de lideranças e do encorajamento para o desenvolvimento de parcerias para a proteção do meio ambiente.¹³ Ademais, uma outra dinâmica importante passa a acontecer com o surgimento, também em 1972, na Austrália da célula do que viria a ser o primeiro partido verde do mundo; impulsionando um movimento de criação de partidos verdes, inicialmente na Nova Zelândia, depois na Europa e ao redor do mundo na década de 1980 e 1990.

Convém destacar que embora o governo brasileiro tenha assumido um posicionamento crítico em relação a Estocolmo 1972, denunciando a politização da agenda ambiental no evento, a conferência demarcou a entrada desses temas na agenda política do governo brasileiro. A criação em 1973 da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), por meio do Decreto n. 73.030/73, evidencia isso.¹⁴ Além de que, é possível inferir que parte dos ecos dos debates da conferência tenha de alguma forma iniciado um processo de influência na forma como o governo brasileiro executava ações para o planejamento do desenvolvimento da Amazônia. Apenas para exemplificar, no ano de 1974 o governo Geisel editou o Polamazônia, instituído pelo Decreto 74.607/1974, mantendo a lógica de exploração dos recursos naturais da região. Contudo, é possível constatar que o Decreto 74.607/1974, que o instituiu, trouxe no parágrafo único de seu art. 5º uma nova preocupação: o zoneamento adequado dos recursos naturais e a destinação de áreas para reservas florestais e biológicas, parques nacionais e terras indígenas. Por conseguinte, é possível inferir que o programa em tela, ao menos na letra da lei, foi a primeira iniciativa de

¹³ Atualmente o PNUMA/ONU atua, por exemplo, em programas relacionados a mudanças climáticas, manejo de ecossistemas, governança ambiental e eficiência no uso de recursos e meio ambiente.

¹⁴ Em 1989 a SEMA seria transformada no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

intervenção federal na Amazônia que ecoou, ainda que timidamente, preocupações da emergente agenda ambiental.¹⁵

Da mesma forma, outros eventos são, dentro dessa reconstrução histórica, dignos de nota. No ano de 1974 foi redigido, sob a supervisão do ex-secretário de Estado Henry Kissinger, o polêmico *Memorando-Estudo de Segurança Nacional 200* (NSSM – 200) do Conselho de Segurança Nacional dos EUA.¹⁶ Nele, é feito um alerta ao governo norte-americano com respeito a ameaça que o crescimento populacional de algumas nações subdesenvolvidas, dentre elas o Brasil, iria impor a segurança de seu país em função da crescente demanda por recursos naturais. Havia, pois, um problema a ser enfrentado: o crescimento populacional e o aumento da exploração de recursos naturais em países como o Brasil.¹⁷

Em 1976 foi lançado no Brasil o primeiro manifesto ecológico publicado por um brasileiro. O livro *Fim do Futuro?* de José Lutzenberger ao mesmo tempo em que listava os principais problemas ecológicos a serem enfrentados no Brasil, apresentava como proposta o modelo de uma sociedade alternativa (Lutzenberger, 1999).¹⁸ Seguindo a linha neomalthusiana predominante, creditava ao crescimento populacional, na medida em que levava a uma maior exploração dos recursos naturais, o aumento dos problemas ecológicos. Demonstrava, portanto, uma crítica a visão antropocêntrica centrada na ideia do crescimento ilimitado numa sociedade de consumo. Como alternativa, propunha: uma sociedade biocêntrica, holística, com o ser humano sendo apenas uma parte da natureza.

¹⁵ A interferência da agenda ambientalistas nas ações de políticas públicas na Amazônia tiveram início com os programas Polamazônia, Polonoroeste e Programa Grande Carajás. Nestes três casos, ONGs ambientalistas ao lado de movimentos sociais fizeram pressão sobre as instituições financiadoras, como o Banco Mundial. Para isso, fizeram tanto nos EUA como na Europa uma campanha de sensibilização contra o desmatamento da floresta. Dada a repercussão do movimento, o Banco Mundial incorporou as diretrizes do Relatório Brundtland e adotou o conceito de desenvolvimento sustentável, além de ter contratado como consultores membros das principais ONGs ambientalistas (KOLKS, 1996).

¹⁶ O documento também é conhecido como “Relatório Kissinger”. Dentre as recomendações está a de se induzir medidas de contracepção e, inclusive, a prática do aborto para fins de controle populacional.

¹⁷ O memorando pode ser consultado no site: <https://www.pop.org/national-security-study-memorandum-nssm-200/>

¹⁸ Lutzenberger era um ex-funcionário da empresa agroquímica multinacional BASF que pediu demissão para trabalhar pela causa ecológica. Em 1971 fundou a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), uma das primeiras ONGs ambientalistas brasileiras.

Em 1977 foi publicado o livro *The Unfinished Agenda* [A Agenda Inacabada], editado por Gerald O. Barney, que, ante o cenário ambiental preocupante, estabeleceu um conjunto de diretrizes que deveriam ser seguidas em escala global, com destaque para: redução populacional, diminuição da taxa de natalidade, esterilização de mulheres, controle migratório, eliminação do uso de fertilizantes e agrotóxicos na agricultura e fim do uso da energia nuclear com incentivo à utilização de fontes energéticas alternativas de pequena escala.

Em 1981, por meio de uma ação conjunta entre PNUMA/ONU, IUCN e WWF, e seguindo a linha inicialmente delineada no *Report on development and environment* [Relatório sobre desenvolvimento e meio ambiente], apresentado em Estocolmo 1972 e também conhecido como Relatório de Founex, foi lançado a *World Conservation Strategy* [Estratégia Mundial de Conservação], considerado um documento basilar para equalizar a relação entre desenvolvimento e conservação ambiental e, por isso, tido como um importante marco para a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável.¹⁹

Em 1983 a Assembleia Geral da ONU solicitou a então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland que coordenasse a elaboração de um novo estudo, desta vez com objetivo de propor estratégias ambientais de longo prazo para o alcance do desenvolvimento sustentável. O estudo encomendado foi apresentado em 1987 com o título *Our Common Future* [Nosso Futuro Comum]²⁰ pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, decretando como imperativa a necessidade de a sociedade global buscar uma trajetória alternativa sedimentada no desenvolvimento sustentável. E, para isso, apresentou em dois momentos uma definição do termo. Inicialmente como:

[...] um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (CMMAD/ONU, 1991, p.10).

¹⁹ A Estratégia Mundial de Conservação seguia numa linha direta com o relatório elaborado em 1971 por 27 especialistas de diversos países que se reuniram na cidade de Founex (Suíça) para equalizar divergências acerca de diretrizes estratégicas. De acordo com Sachs (1993, p. 29) a reunião de Founex “[...] estabeleceu um caminho intermediário entre o pessimismo dos malthusianos a respeito do esgotamento dos recursos e o otimismo da fé dos cornucopianos a respeito dos remédios da tecnologia”.

²⁰ É também usual menção ao documento como Relatório Brundtland, em alusão a coordenadora do estudo. Como mencionado no texto, a primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland.

E mais a frente como um:

[...] processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD/ONU, 1991, p. 49).

Desde então, o desenvolvimento sustentável passou a ser compreendido como um processo hipotético a ser alcançado quando as necessidades da presente geração são atendidas sem o comprometimento das necessidades das futuras gerações.²¹ Necessário mencionar, adicionalmente, alguns pontos que sobressaem no relatório: (i) dentre os temas abordados, o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio; (ii) como soluções propostas, a diminuição do consumo energético (ao lado da transição para uma matriz assentada em fontes renováveis), a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas e a transição das economias não industrializadas para um modelo assentado em tecnologias ecologicamente adaptadas; (iii) dentre as metas, a implantação pela ONU de um programa de desenvolvimento sustentável balizador para a concessão de futuros financiamentos por parte das instituições multilaterais de fomento.²²

A RIO 92 COMO MARCO DO DEBATE AMBIENTAL

O estudo *Nosso Futuro Comum* serviu de base para um amplo debate a respeito do meio ambiente, principalmente por enfatizar os riscos relacionados ao uso intensivo dos recursos naturais dissociado da preocupação com a sustentabilidade dos ecossistemas, alçando, nesse contexto, a Amazônia para o centro da discussão e

²¹ Importa reforçar que o conceito “desenvolvimento sustentável” antecede ao relatório mencionado, tendo sido concebido ainda na década de 1970. Mas, indiscutivelmente este relatório contribuiu para sua disseminação e para a ampliação do debate e ele relacionado, em especial trazendo à tona a relação do ser humano com o meio-ambiente ao lado da assinatura de um pacto intergeracional.

²² Este debate mundial teve importante repercussão no ordenamento jurídico brasileiro, em especial por meio dos artigos 170 (inciso VI), 174, 182, 186 e 225 que delimitam um limite para a atuação do Estado no processo de planejamento e indução do desenvolvimento ao se respeitar os limites ambientais. Ou seja, ao lado do crescimento econômico e da busca pelo atendimento dos direitos sociais, forma-se um tripé com a justiça ambiental assumindo posição balizadora. Assim, toda dinâmica de indução do desenvolvimento deve levar em consideração a segurança ambiental, alcançada por meio do provimento de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

tornando o Brasil alvo de inúmeras críticas, de outras nações, ONGs, jornalistas, cientistas e políticos. Em território nacional, esse debate, seguindo a tendência global, da mesma forma ganhou corpo: (i) dentro das universidades, com a ampliação dos estudos relacionados e a criação de grupos de pesquisas;²³ (ii) na mídia nacional, com a publicação, veiculação e repercussão crescente de pautas alusivas; (iii) e no próprio ambiente político com a criação e expansão de movimentos políticos de cunho ambientalista.²⁴

Como parte desse movimento (global e interno), em dezembro de 1988 o então presidente José Sarney apresentou a candidatura vitoriosa do Brasil para sediar a realização de uma nova conferência mundial sobre o meio ambiente. Contribuíram com a escolha do país e da cidade do Rio de Janeiro para a realização em 1992 da *United Nations Conference on Environment and Development* [Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento], apelidada correntemente como Rio 92 ou Eco 92: (i) a própria evidência da Amazônia no debate; (ii) a repercussão mundial dos conflitos fundiários envolvendo madeireiros, pecuaristas e seringueiros na região e que inclusive teve no assassinato de Chico Mendes (líder sindicalista seringalista) repercussão internacional; (iii) a aprovação da Lei n. 6.938/81 que disciplinou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA); (iv) a incorporação dos princípios da PNMA na Carta Constitucional Brasileira de 1988; (v) e a criação pela Lei n. 7.735/89 do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como órgão executivo da PNMA.²⁵

Em junho de 1992 foi realizada a conferência do Rio. Nela, participantes de 179 países reafirmam o compromisso com a Declaração de Estocolmo de 1972, e em especial com a: (i) garantia do acesso das futuras gerações a um meio ambiente ecologicamente equilibrado; (ii) proteção ambiental como princípio norteador de

²³ No caso específico da UFPA convém mencionar a criação do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) em 1992 que se tornou um importante centro de estudos, pesquisas e pós-graduação em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Um pouco mais a frente o assunto será retomado.

²⁴ O fato mais simbólico sobre a entrada deste tema na arena política nacional é a fundação em 1986 do Partido Verde (PV) brasileiro, parte de um processo de crescimento do movimento político ambientalista global.

²⁵ O IBAMA incorporou em sua criação os servidores da antiga Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). No mesmo processo foi criada a Divisão de Assuntos Humanos e Ambientais do Itamaraty.

todo processo de desenvolvimento; (iii) erradicação da pobreza e redução das desigualdades dos padrões de vida em escala mundial.²⁶ Foi nessa diretriz que no decorrer do evento três importantes compromissos globais foram assinados: (i) a *United Nations Framework Convention on Climate Change* [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima], que originou o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997 por 154 países, centrado no objetivo da redução dos gases poluentes (efeito estufa); (ii) a *Convention on Biological Diversity* [Convenção sobre Diversidade Biológica], que estabeleceu metas para a preservação da biodiversidade; (iii) a Agenda 21, um conjunto de metas a serem perseguidas por diferentes escalas (do local ao global) com a finalidade da construção de sociedades sustentáveis, garantindo a preservação dos recursos naturais.²⁷ Em decorrência da falta de consenso, não foi assinada a convenção prevista que abarcaria o tema das florestas, restando apenas a elaboração de um documento sem força impositiva denominado *Declaration of Principles on Forests* [Declaração de Princípios sobre Florestas] e a criação do Painel Intergovernamental sobre Florestas que promoveu 4 encontros entre 1995 e 1997. Em 2000, como resultante desse processo, foi criado o *United Nations Forum on Forests* [Fórum das Nações Unidas para as Florestas] com o objetivo de promover a gestão, a conservação e o desenvolvimento sustentável das florestas.²⁸

Ainda em 1992, e dentro da estratégia de governança entre os signatários da convenção sobre mudanças climáticas, a ONU estabeleceu a chamada Conference of the Parties – COP [Conferência das Partes]. Ratificada em 1994, a COP passou a ocorrer anualmente envolvendo delegados dos países (com poder de voto) e observadores (representantes de ONGs, instituições de ensino e pesquisa e jornalistas). Como parte da dinâmica de cada conferência ocorrem: (i) a reunião do Segmento Ministerial, com a participação dos ministros de meio ambiente dos países

²⁶ A realização da Rio 92 acabou contribuindo para a consolidação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sinama), estimulando a criação de órgãos ambientais nas três escalas da federação. O próprio Ministério do Meio Ambiente foi criado no dia 19 de dezembro de 1992.

²⁷ A Agenda 21 serviu de base para a formulação das Metas do Desenvolvimento do Milênio a Agenda 2030.

²⁸ Importante ainda mencionar que no decorrer do evento as ONGs participantes elaboraram um documento resultante do debate chamado de Carta da Terra evocando a necessidade de se buscar como diretrizes mais gerais: (i) o respeito e o cuidado da comunidade de vida; (ii) a busca pela integridade ecológica; (iii) o alcance da justiça social e econômica; (iv) a luta pela democracia, a não violência e a paz.

signatários; (ii) o Fórum Global, envolvendo organizações acadêmicas e ambientalistas; (iii) exposições de países e ONGs sobre temas relacionados. A COP 01 aconteceu em Berlim (1995), a COP 02 em Genebra (1996) e a COP 03 em Kyoto (1997), onde foi assinado o Protocolo de Kyoto, anteriormente citado. Depois destas três iniciais, ano após ano passou a ser realizada em local previamente deliberado. Em 2023 ocorreu a COP 28 em Dubai, tendo sido definido como futuras sedes: COP 29 em 2024 na cidade de Baku (Azerbaijão) e COP 30 em 2025 na cidade de Belém, na Amazônia.²⁹

Também como produto da Rio 92, ocorreu na cidade de Manaus, entre os dias 13 e 19 de junho de 1992, a III Assembleia Geral da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ). Durante o encontro foi realizada a Conferência sobre Desenvolvimento Socioeconômico e Ambientalmente Adequado nos Trópicos Úmidos que se propôs a encontrar caminhos para efetivar na região as recomendações da Agenda 21. Como parte da estratégia, foi criado o Programa de Cooperação Sul-Sul sobre Desenvolvimento Ambientalmente Adequado nos Trópicos Úmidos. E como produto dele o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGDSTU/NAEA/UFGA), que viria a se tornar uma referência sobre estudos afetos ao planejamento do desenvolvimento amazônico.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS PÓS-RIO 92

Após a Rio 92 e a divulgação da Agenda 21, outros importantes marcos aconteceram com as cúpulas do Milênio (ano 2000), de Johannesburgo em 2002 e do Rio de Janeiro em 2012, e com o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030 em 2015 (ver Figura 1).

²⁹ Para maiores informações sobre a COP recomenda-se acessar a página da ONU sobre mudanças climáticas no seguinte endereço: <https://unfccc.int/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop>

Figura 1 - Principais acontecimentos pós-Rio 92



Fonte: <https://sc.movimentoods.org.br/agenda-2030/>. Acesso em:

16/06/2024

No ano 2000 foi realizada na cidade de Nova York a Cúpula do Milênio que realizou um balanço acerca dos compromissos pactuados e resultados obtidos ao longo da década anterior. Como produto desta cúpula foi divulgada a Declaração do Milênio que estabeleceu oito metas que deveriam ser atingidas até 2015 e que se tornaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): acabar com a fome e a miséria; oferecer educação básica de qualidade para todos; promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a AIDS, a malária e outras doenças; garantir a qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; estabelecer parcerias para o desenvolvimento (ver Figura 2, a seguir). Destarte, enquanto a Agenda 21 se materializava numa importante referência estratégica acerca do desenvolvimento sustentável, os ODM desciam para o estabelecimento de metas, com prazos e indicadores de acompanhamento e avaliação (BRASIL, 2005).

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)



Fonte: Site Institucional ODM Brasil. Disponível em:

<http://www.odmbrasil.gov.br/>. Acesso em: 12/06/2024.

Em 2002 ocorreu a *World Summit on Sustainable Development* [Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável] em Johannesburgo na África do Sul (também chamada de Rio+10 ou Cúpula da Terra) sem que houvesse avanços no debate ambiental e, sobretudo, na pactuação de metas relacionadas com: (i) a redução do uso de combustíveis fósseis; (ii) o volume de consumo mundial; (iii) e as estratégias para a proteção do meio ambiente.³⁰ Por outro lado, nesta conferência as questões sociais assumiram importante destaque, com a redução da pobreza sido ratificada enquanto meta também importante a ser perseguida.

Em 2012 foi a vez do Brasil novamente sediar um evento de envergadura, a United Nations Conference on Sustainable Development [Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável], também chamada de Rio +20, tendo como principal questão o retrocesso do que fora pactuado em 1992, em especial relativo as questões climáticas e a proteção da biodiversidade. No decorrer da conferência foi apresentado o documento *The future we want* [O Futuro que queremos] no qual os países reafirmaram o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o planeta e futuras gerações. Neste documento, a pobreza e a fome foram apontados como os maiores desafios globais a serem enfrentados, bem como a necessidade de se criar estratégias para o desenvolvimento de uma “economia verde”. Conforme ONU (2012, p. 3):

³⁰ Os principais pontos da cúpula de 2002 foram: (i) a reafirmação da importância de se perseguir o desenvolvimento sustentável; (ii) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Ademais, o documento aponta que:

[...] para a realização do desenvolvimento sustentável, é necessário: promover o crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo; criar maiores oportunidades para todos; reduzir as desigualdades; melhorar as condições básicas de vida; promover o desenvolvimento social equitativo para todos; e promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas, o que contribui notadamente com o desenvolvimento social e humano, sem negligenciar a proteção, a regeneração, a reconstituição e a resiliência dos ecossistemas diante dos desafios, sejam eles novos ou já existentes (ONU, 2012, p. 3).

Um importante encaminhamento da conferência foi constituição do *Open Working Group on Sustainable Development Goals* [Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] com a finalidade de compor a nova agenda de desenvolvimento pós-2015. Entre 2013 e 2014 esse grupo, conhecido como GTA-ODS, coordenou uma série de consultas a partes interessadas, num processo chamado de *Pesquisa Global das Nações Unidas Por Um Mundo Melhor*,³¹ Em setembro de 2015 o GTA-ODS apresentou durante a Assembleia Geral das ONU em Nova York o documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (ONU-BR, 2015) que tornou pública a chamada Agenda 2030, envolvendo 5 dimensões (pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria), 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais a serem atingidas até o ano de 2030 (Figura 3, a seguir).

³¹ Para maiores detalhes sobre a metodologia do trabalho, recomenda-se acessar o site oficial do grupo de trabalho: <https://sustainabledevelopment.un.org/owg.html>.

Figura 3 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ONU-BR, 2015. Site Institucional da ONU-BR. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 12/06/2024

A partir de então, a Agenda 2030 e os ODS se constituíram numa diretriz global para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir o alcance da paz e da prosperidade. Em virtude disso, ambos tem servido como parâmetro fundamental no processo de discussão, planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas, ou seja, no ciclo de políticas públicas nas múltiplas escalas no Brasil: municípios, estados e União.

CONCLUSÃO

Este artigo se propõe a sistematizar os principais marcos do debate ambiental global, em especial enquanto insumo para as discussões e deliberações que ocorrerão na COP 30 no final de 2025 em Belém do Pará. A realização do evento, em uma das mais importantes cidades da Amazônia, é revestida não apenas de um forte simbolismo, mas demonstra que a região está no centro dos interesses internacionais e do debate contemporâneo sobre mudanças climáticas e aquecimento global.

Alguns alertas são importantes, em especial para que a sociedade amazônica não participe do evento apenas na categoria de mero espectador privilegiado, mas exerça protagonismo na construção de uma trajetória que também lhes interesse. Não é possível a manutenção da recorrência de um padrão histórico, a partir do qual um conjunto de ações para (ou sobre) a região é deliberado sem a inclusão dos amazônidas como destinatários prioritários.

Reconhece-se que ajustes na trajetória são necessários. E, a nova trajetória a ser requerida deve buscar a superação da condição de subdesenvolvimento regional, rompendo com o paradoxo crescimento econômico de um lado e pobreza, desigualdade e desmatamento de outro. Da mesma forma, caminhos que levem a armadilha do “subdesenvolvimento sustentável” também devem ser combatidos. Os amazônidas devem estar, assim, no centro da discussão, como, deve-se insistir, destinatários prioritários. Os quase 30 milhões de habitantes da região precisam de dignidade, inclusão social e cidadania. Não são uma variável residual em modelos, propostas ou debates. Toda discussão precisa começar e terminar por eles, com desafios a serem superados e propostas concretas para a melhoria da sua qualidade de vida.

Deve-se ter em mente que este debate não é simples e nem fácil. Em especial porque todo território é um espaço de antagonismos. Há interesses e projetos divergentes; alguns claros, outros nem tanto. Toda análise sobre a Amazônia deve considerar isso, em especial por se tratar de uma região com recursos naturais importantes e cobiçados: sóciobiodiversidade, água, terra e minérios. Recursos que são disputados desde o processo da ocupação colonial. Desde então, a região permanece como um espaço reflexo dos interesses das elites políticas e econômicas do centro-sul país, e de interesses internacionais mais amplos. É com isso em mente que qualquer proposta sobre (ou para) a região precisa ser analisada.

Quando se fala em desenvolvimento sustentável da Amazônia o primeiro ponto que vem à mente é a questão da conservação florestal, e o desmatamento da floresta é um desafio a ser enfrentado. Mas esse desafio precisa considerar, convém insistir, a questão social regional, a vulnerabilidade de sua população. Enquanto a tora de madeira deitada for mais valorada do que do que a árvore, o processo de desmatamento tende a prosseguir. O combate ao desmatamento envolve múltiplos fatores que estão além do propósito desse texto. E não se reduz apenas a elementos legais ou regulatórios, ou ao aumento do poder de fiscalização do Estado. Tem necessariamente em sua base o tripé regularização fundiária, ordenamento territorial e governança (e gestão) ambiental, mas vai além disso. Envolve mecanismos de inclusão social, cidadania e a geração de um novo modelo de desenvolvimento com criatividade, inovação e tecnologia, e verticalização da produção regional com geração de emprego e transbordamento da renda. Um modelo que supere a condição de

almoxarifado do desenvolvimento alheio e ao mesmo tempo não caia na armadilha da propositura do santuário intocável.

É nesse momento que a COP 30 pode ser vista ao mesmo tempo como um desafio, uma arena de enfrentamento e uma janela de oportunidade. Um desafio, pois, a Amazônia não pode assumir exclusivamente o ônus e a culpa pelos acontecimentos climáticos globais. Ela não é a Geni da Gaia. Uma arena de enfrentamento na medida em que muitos dos projetos que serão apresentados desconsiderarão as reais necessidades dos amazônidas. E uma janela de oportunidade para compartilhar globalmente, em especial com os países mais desenvolvidos e poluidores, o ônus de conservação da floresta. Mas não apenas isso, será a oportunidade de se firmar um “pacto pela Amazônia”, de caráter multidimensional e que englobe outros pactos constitutivos: (i) um pacto de sociedade, envolvendo a sociedade civil, as instituições de ensino e pesquisa, o setor produtivo, as organizações do terceiro setor e o Estado; (ii) um novo pacto federativo, envolvendo as múltiplas escalas (União, estados e municípios); (iii) um pacto global, envolvendo países amazônicos, demais países (em especial os desenvolvidos e poluidores) e as agências multilaterais; e, (iv) um pacto geracional, entre a geração presente com as futuras gerações.

Porém, na base disso é necessário o delineamento de um projeto de sociedade sustentável para a Amazônia, que pode ser também chamado de uma “utopia de desenvolvimento regional”. Um projeto inédito sem similaridade noutro local, que enseje o desenvolvimento de uma civilização florestal tropical única, singular. Porém, esse projeto, que precisa ser construído por múltiplos atores, mas que tenha nos amazônidas a sua origem e a sua finalidade, deve estabelecer uma visão de futuro que hierarquize prioridades. Nelas, devem ser incorporadas uma mudança no arranjo federativo brasileiro, o fortalecimento dos instrumentos de governança regional e a participação ativa das instituições de ensino e pesquisa. Sobre estas, em especial as universidades da região, o seu papel deve ser o de gerar conhecimento, mas, sobretudo, construir efetivas pontes para a transferência do conhecimento gerado para a sociedade, induzindo o processo de geração de uma nova economia e de conformação de mudanças na ordem social regional; rumo a uma sociedade aberta e, por isso, inclusiva e com prevalência das liberdades instrumentais. Nesse processo a universidade deve, a partir de uma cinesia interna, porém com a participação ativa da sociedade regional, portanto sinérgica e interdependente, ressignificar o seu propósito

e a sua atuação. Não pode permanecer como um enclave. Precisa se materializar como um organismo sistêmico e verdadeiramente integrado na sociedade. Deve, como já dizia Armando Dias Mendes no clássico *A Invenção da Amazônia* (1974), resolver o “Enigma Amazônico”. Contudo, para isso, necessariamente se converter ao seu entorno.

Finalmente, está a se chamar a atenção de que apesar das inúmeras potencialidades regionais apontadas, o principal ativo do processo é o capital humano regional, os amazônidas. Assim, a mudança de trajetória requerida tem em sua base uma revolução pela educação e pelo conhecimento. Que gere novos mapas mentais e a partir deles um novo *modus operandi*. E que se expresse em novas instituições inclusivas.

Somente com coragem e ousadia os amazônidas poderão aproveitar a COP 30 como um espaço para a construção de uma nova história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *A Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: as oportunidades para o nível local*. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Caderno de Debates nº 07. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005

BRASIL. *Agenda 21 Brasileira: Bases para Discussão*. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS). Brasília: MMA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2000.

CARRASCO, L.; PALACIUS, S.; LINO, G. L. L. *Máfia Verde: O Ambientalismo a Serviço do Governo Mundial*. Rio de Janeiro: Executive Intelligence Review (EIR), 2001.

CMMAD/ONU. *Nosso Futuro Comum*. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (CMMAD/ONU). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1991.

EICHHORN, N. D. *Implications of rising carbon dioxide content of the atmosphere: a statement of trends and implications of carbon dioxide research reviewed at a conference of scientists*. New York: Conservation Foundation, 1963.

- KOLK, Ans. *Forests in International Environmental Politics*. Utrecht: International Books, 1996.
- LUTZENBERGER, J. *Fim do Futuro?* Manifesto Ecológico Brasileiro (5ª edição). Porto Alegre: Editora Movimento, 1999.
- MENDES, A. D. *Amazônia: Cidadania ou Capitulação: Uma Involuntária Alegoria Amazônica Produzida em Parceria por Poetas, Prosadores e Políticos não Amazônicos*. In.: COSTA, E. J. M. *Armando Dias Mendes: vida e obra de um intérprete da Amazônia*. Coleção ACP; 1. Belém, PA: Marques Editora, 2014.
- ONU. *O Futuro Que Queremos*. Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). Organização das Nações Unidas. Rio de Janeiro, Brasil, 20 a 22 de junho de 2012.
- ONU-BR. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Publicações. Organização das Nações Unidas – Brasil (ONU-BR), 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora brasiliense, 1993.